



OS PODERES LOCAIS E A EDUCAÇÃO:  
DAS MARGENS DO SISTEMA PARA O CENTRO DAS POLÍTICAS

O QUE ESTÁ HOJE EM DEBATE ?



## Evolução das duas características principais da relação do Estado com os municípios na educação

**Subordinação e  
subalternidade dos  
poderes locais face ao  
poder central**

**Reconhecimento dos  
municípios como gestores  
de algumas funções-  
chave dos subsistemas  
educativos locais**

**A tentativa de conjugação explica o desenvolvimento tardio, confuso e aparente da descentralização bem como das suas fases e instrumentos jurídico-administrativos.**



## Fases do processo da “descentralização” educativa municipal





## 1ª Fase: Construção normativa e social da descentralização no início da década de 1980

A relação das autarquias com a educação pouco mais era, então, do que a relação fria e burocrática dos municípios com as escolas e com a administração central, assim se generalizando a ideia de que a acção educacional das câmaras se resumia à:

- construção, conservação e equipamento de jardins de infância e escolas do 1º ciclo,
- acção social escolar para os mais pequenos,
- transportes escolares,
- organização de actividades de complemento educativo e, nalguns casos,
- criação de condições para a educação recorrente e extra-escolar dos adultos.



## 1ª Fase: Consequências do desequilíbrio produzido pela normalização da LBSE

Em matéria de política educativa, o desequilíbrio entre  
desconcentração e descentralização  
ficou plasmado em 1986 com o sentido normalizador da LBSE.

Como consequência, o maior poder da desconcentração sobre a descentralização alimentou sempre alguma conflitualidade embora rapidamente as câmaras municipais se tivessem revelado como os protagonistas apropriados para a execução de políticas orientadas pelos princípios da

especialização  
diferenciação  
subsidiariedade



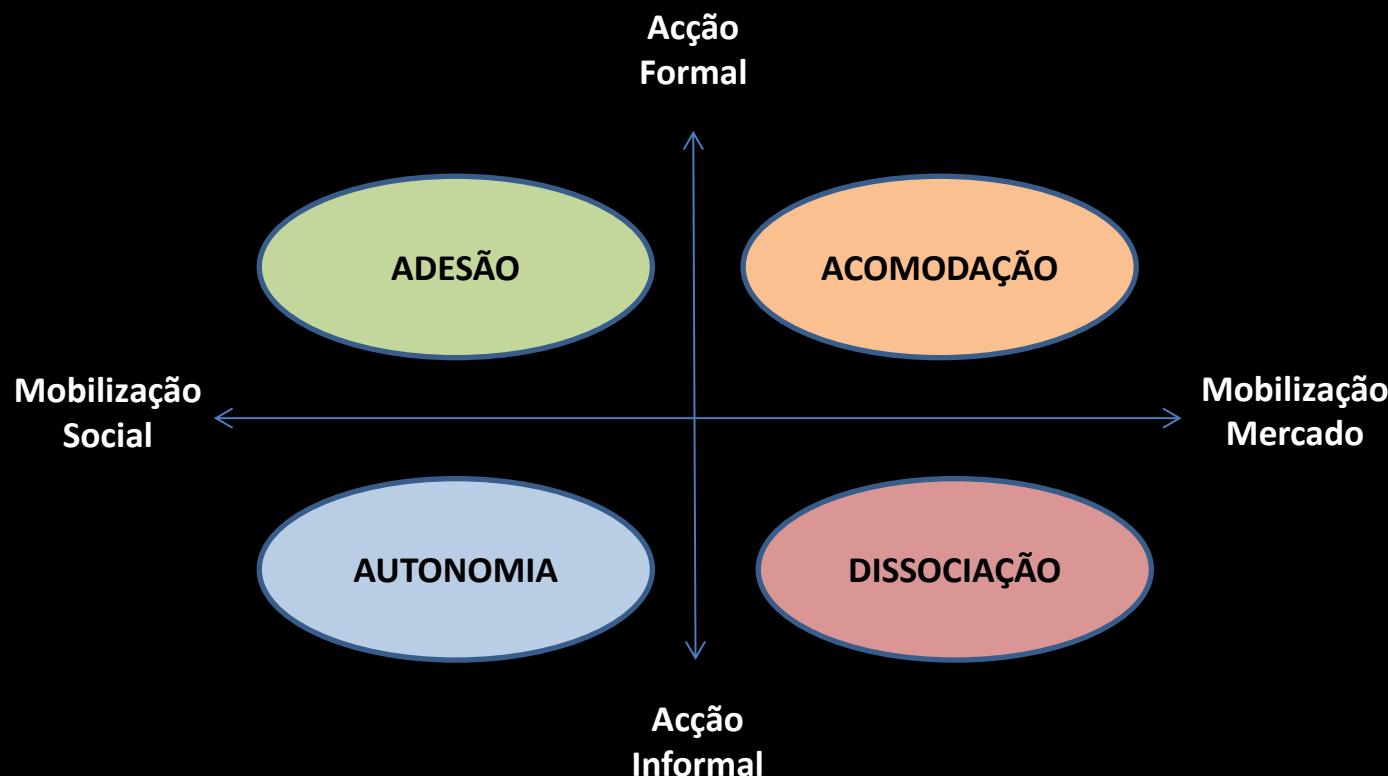
## 2ª Fase: O município como um agente público na promoção e coordenação local da política educativa.

Algumas **medidas relevantes** que caracterizam esta fase:

- Criação de conselhos locais de educação,
- promoção de projectos em parceria com as escolas,
- criação de centros escolares,
- criação de dispositivos de formação profissional,
- contratação de educadores, professores e pessoal auxiliar
- oferta de actividades de complemento e enriquecimento curricular,
- elaboração de cartas educativas
- reordenamento da rede



## 2ª Fase: Lógicas de acção educativa dos governos locais





### **3ª Fase: Da transferência contratualizada e provisória à emergência de políticas educativas municipais. A micro-regulação, os novos poderes locais e a escola pública em perda.**

Dois sinais interligados caracterizam esta terceira fase da descentralização: por um lado, a **gradual substituição da regulação uniforme e universal do sistema pelo hibridismo da microrregulação local dos subsistemas, favorecida por contratos para a transferência de competências e,**

por outro lado, a **mudança de alvo da conflitualidade entre o Estado e os municípios, produzida pelo afastamento daquele em relação a estes e pelo aparecimento de novos actores locais no centro das políticas: (mega)agrupamentos, CIM's, AM's, grupos de interesses, serviços educativos privados.**



### 3ª Fase: Riscos do “efeito mosaico” formado pela variedade de estatuto municipal

A intervenção educacional dos municípios representa então uma outra **“descentralização”, formal e informal, que vai muito para lá da LBSE e que se revela cada vez mais exposta à cristalização do dualismo social, à dependência financeira face a estruturas político-administrativas intermédias (CIM e AM), a parcerias público-público e público-privado e a financiamentos comunitários; E ao efeito mosaico de microrregulações produzidas pelos diversos modelos de contratualização existentes no terreno:**

1. **municípios sem contratos (168 municípios)**
2. **municípios com os contratos de execução de 2008 (110 municípios)**
3. **municípios com contratos os interadministrativos de 2015 (14 municípios)**
4. **municípios em transição entre os dois tipos de contratos (?)**



### 3ª Fase: Riscos da mudança de alvo da conflitualidade entre o Estado e os municípios

Quanto à mudança de alvo de conflitualidade nas relações entre o Estado e os municípios, a questão prende-se com a crescente **desresponsabilização da administração central em relação ao ensino público e à sua qualidade – fenómeno também designado por desestatização das escolas e municipalização da gestão do sistema público educativo – agravada pelo simultâneo favorecimento do ensino privado.**



## Hoje estaremos no anúncio de uma nova fase?

O que está hoje em debate na sociedade portuguesa são os meios e o modo de reconduzir a descentralização aos seus princípios constitucionais, de corrigir a perversa divisão de tarefas educativas e formativas que se foi cristalizando no processo de equilíbrio entre centralização e desresponsabilização, de esclarecer a quem compete o quê e de (re)ganhar a qualidade, a coesão e a confiança social da escola pública.